

Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1243 | JOAÇABA -SC, SEXTA-FEIRA 17 DE OUTUBRO DE 2025 | E-MAIL: ciadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604 - R\$ 4,00



oBoticário

Brasileiros estão muito insatisfeitos com arbitragem nacional, diz pesquisa.
Catarinenses lideram o ranking negativo

Página 16

**Golpistas se
passam por
juízes e
servidores
na comarca
de Joaçaba**

Página 12



Passarela da XV/RT

**Até que enfim
alguém pede
explicação em
nome da
população
nessas casas da
“mãe joana”**

Página 5





Suplicio a quem tem receitas de locações

Por Vinicius Schmitz de Carvalho*

A partir de 2026, a preocupação não será somente, quem será o eleito para governar o Brasil, mas também, o início da vigência de novas regras tributárias (Emenda Constitucional nº 132/2023), que serão implementadas, inicialmente como teste da primeira fase, mas já colocando a mão em nossos bolsos, com incidência de encargos e imposições em rendas de locações e arrendamentos.

Passa a vigorar no início de 2026, que toda pessoa física e jurídica, que possui imóveis prédios ou terrenos, dos quais obtém rendas de arrendamentos e aluguéis, deverá se organizar com um bom planejamento, já que as regras de transição e as alíquotas começam a entrar em vigor de forma gradual a partir de 2026.

Reportando ao contexto locação, comodato, parceria e arrendamento, passaremos a ter um grande impacto em mudanças, e certamente, com a necessidade de transformar a pessoa física (CPF) em personalidade jurídica (CNPJ). Dependendo da identificação de contribuinte, de cadastro de pessoa física (CPF) ou como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), não podemos mais pensar somente em declaração de imposto de renda anual, mas também, que dependendo da receita ou atividade, passa-se de mero cidadão pessoa física para contribuinte dos novos tributos (IBS e CBS), aconselhando a considerar seriamente, na urgência da constituição de uma personalidade jurídica, quando nos referirmos à locação de bens imóveis próprios.

Meramente, para ilustrar, quando nos referimos em imposição, falamos em imposto, pois ele é imposto a nós, não como contribuição ou taxa e sim imposição. Conforme nosso Código Tributário Nacional (artigo 16), o imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Com esta reforma tributária que será implementada a partir de 2026, com novos fatos geradores da obrigação tributária, passaremos a ter uma das maiores cargas tributárias do planeta e certamente você será uma das

vítimas para compor este bolo de arrecadação.

Por se tratar o assunto locações de bens imóveis próprios, devemos com cautela considerar seriamente as regras que virão com a reforma tributária. Por se tratar de uma matéria por demais complexa e o bom planejamento visa especialmente a boa adequação para tentar pagar menos impostos ou pagar tão somente o realmente devido, devendo a cada caso concreto, devido as suas peculiaridades, ser motivo de preocupação, com a tomada das necessárias medidas de acomodação ainda no ano de 2025.

Esta matéria, visa dar o necessário alerta e em breves pinceladas algumas orientações, para demonstrar o que certamente vem por aí. As normatizações a partir de 2026, passarão a ser imposições, que nos remeterão a ser contribuinte do IBS (Imposto sobre bens e serviços/federal) e da CBS (contribuição sobre bens e serviços/Estadual e municipal). Como vimos nos preocupando principalmente com a locação de bens imóveis próprios, obrigatoriamente teremos que considerar situações de fato gerador e base de cálculo, em que a pessoa física passa a ser considerada como contribuinte do IBS e da CBS (novos impostos sobre o consumo), como a seguir se identifica as situações de incidência ou não, diga-se, cumulativamente:

*Primeira situação, limite de locar até três bens imóveis distintos;

*Segunda situação cumulativa, receber até o limite de R\$ 240.000,00 por essas operações no ano-calendário anterior. A título de esclarecimento, o limite de R\$ 240.000,00, não é um valor estático/definido, mas majorado mensalmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para manter seu valor real. Em ambas as situações o contribuinte pessoa física, que superar estes dois limites (nas duas situações), passa a ser contribuinte do IBS e da CBS, além de já estar sujeita

ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ou seja, a pessoa física que superar estes limites, não está obrigada a constituir uma pessoa jurídica (por exemplo, uma holding imobiliária), mas se submeterá como pessoa física ao IBS e da CBS.

Recomenda-se, um prévio planejamento com base na situação concreta, objetivando a situação mais vantajosa, do ponto de vista de reduzir a carga tributária, onde normalmente será constatado da necessidade da constituição de uma personalidade jurídica. Quando nos referimos a fato gerador, temos que considerar, que é uma situação definida em lei, como necessária e suficiente à sua ocorrência, conforme disposição do artigo 114 do Código Tributário Nacional.

Como no Brasil, a ideia do Governo Federal, será sempre arrecadar mais e não facilitar a vida do cidadão, teremos que ter as melhores orientações de especialistas em consultoria tributária, advogados e bons contadores, pois ninguém está obrigado a conhecer todas as nuances da complexa legislação tributária do Brasil. Visando aclarar algumas situações, a lei coloca algumas previsões, como: Se ocorrer a situação de locar por temporada (até 90 dias), esta situação passa a ser tratada como serviço de hotelaria, sujeitando o anfitrião ao IBS e CBS.

Na situação de venda de imóveis, que também terá incidência do IBS e CBS em casos específicos (como alienação de mais de 3 imóveis distintos no ano anterior, com menos de 5 anos no patrimônio, ou mais de 1 imóvel construído pela própria pessoa nos últimos 5 anos). Ou seja, não é uma regra geral para toda e qualquer receita de pessoa física, mas sim, para aquelas que caracterizam a pessoa física como contribuinte habitual do novo imposto sobre bens e serviços, observando-se cada situação ao caso concreto, com suas peculiaridades.

No arrendamento, tem que ser identificado no contrato, se o arrendamento concorre com o risco de colheita, pois

arrendamento passou a ser tratado como aluguel e exige nota fiscal da renda, sendo que se a receita bruta for inferior a 3,6 milhões ao ano, não é considerado contribuinte, mas se superar esta cifra, será contribuinte de IBS e CBS. Ou seja, deve ser identificado no contrato, se é uma parceria, onde o parceiro outorgante proprietário concorre com o risco e ou se é um valor fixo, sem concorrer com o risco.

No momento, estamos convivendo com a regra anterior do exercício financeiro de 2025, sendo as normatizações para 2026 sujeitas a acomodações, havendo um vácuo de insegurança tributária. Conforme já noticiado neste Jornal Cidadela, em outras edições anteriores, a nossa reforma tributária, que a partir de 2026 será implementada a primeira fase, teremos que evidenciar, que nesta reforma nada foi inventado ou criado, tratando-se a implementação do IVA, de mero plágio dos idos de 1918, em que veio a sofrer uma evolução constante de adaptações e recuos (modernizações aos tempos atuais), onde países que adotaram o IVA, que são inúmeros, partiram de uma criação dos idos de 1918 do alemão WILHELM VON SIEMENS.

Os recuos e avanços do sistema de IVA, já levou países que adotaram a não adotarem mais, por entenderem se tratar hoje de um sistema de apuração arcaico. Ao Ministro Haddad, que diariamente garimpa toda e qualquer forma de mais arrecadar, é sabedor que esta centralização de arrecadação e as novas imposições, sobre alienação de imóveis, locações e outras tantas novas tributações, irá gerar uma avalanche de novas arrecadações, não sendo necessário esta constante garimpagem em IOF, implementar novas incidências de Imposto de Renda e outras tentativas de incidências, que não conseguiram ser aprovadas.

Deve ser alertado ao Ministro Haddad, que esta volúpia de sempre arrecadar mais, normalmente, tem resultado

inverso, onde exemplificando, em ocorrendo uma subida vertiginosa na carga tributária imposta aos contribuintes pessoas físicas ou jurídica, poderá gerar o conhecido “ESTOL” na aviação, que acontece quando o avião ao decolar, sobe vertiginosamente em vertical, perdendo a sustentação, gerando uma queda catastrófica, servindo este paradigma como aviso, de que da forma em que estão indo os impositores com excessiva sede ao pote, esta lacúvia de caráter extorsivo de carga tributária ao ser aplicada, poderá não gerar um incremento na arrecadação, mas certamente o “ESTOL” (QUEDA) na arrecadação.

Por opinião própria, digo, que esta reforma tributária, com imposições para emplacar a maior carga tributária do planeta terra, terá um revés, não de aumento de arrecadação, mas de uma queda abrupta na arrecadação, devido as medidas terem extrapolado o limite suportável.

Reprisa-se, que de nada adianta aumentar a carga tributária no Brasil, para suplantir o custo da máquina pública e o abuso nos gastos públicos, mas sim, uma urgente e necessária REFORMA ADMINISTRATIVA, para operar os necessários cortes, de por exemplo, excesso de gastos com publicidade e propaganda; desvio de recursos públicos para socorrer países parasitas que nada devolvem; apagar de vez as super remunerações (salários faraônicos), devendo sempre primordialmente, definir de uma vez por todas, que o servidor público federal, sempre deve ser considerado servidos público, independente a que poder pertence, não podendo ocorrer as benesses e vantagens de penduricalhos, quer para o poder executivo, para o poder legislativo ou para o poder judiciário, devendo ocorrer sim, a isonomia Constitucional, igualando todos servidores, não interessando a que poder pertence, prevalecendo a igualdade Constitucional. **Vinicius Schmitz de Carvalho, advogado**

Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

SEDE: JOAÇABA - SC. - E-mail: cidadela@uol.com.br - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armino Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

EDIÇÃO Nº 1243 - SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2025

Tiragem: 4.000 (dois mil exemplares)

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



E o Prêmio Nobel da Paz vai para... para... para ... Maria Corina Machado!

Por Euclides Riquetti*

Ainda bem que existem muitas pessoas sensatas no mundo. O colegiado norueguês que escolhe os merecedores do Prêmio Nobel, e depois elege o melhor cidadão ou cidadã para receber uma razoável quantia em dólares, se pauta em critérios de alto merecimento para ter um homenageado. A honra de receber o prêmio é ainda maior do que os dólares recebidos.

Lula falou de fome e questões ambientais pelo mundo afora. É um discurso para uma plateia mundial e para seus eleitores. Donald Trump tem atuado com o objetivo de acabar com as guerras ao redor do mundo. Tem conseguido alguns resultados.

Lula e Trump têm um objetivo em comum: Ganhar um Prêmio Nobel da Paz! Eu diria: "ai, ai, ai!". Cuidem bem dos interesses de seu país, façam o melhor possível para que a justiça seja justa, que as pessoas tenham vida com dignidade, boa alimentação, morada, conforto, e boas perspectivas de futuro, Sem demagogia, sem demolir as empresas, os produtores rurais e quem trabalha. Continuo com minha firme opinião: Ajudar a quem realmente precisa e fazer com quem tenha saúde possa estudar, trabalhar, gerar riquezas e bem-estar para todos.

A Venezuela é um péssimo exemplo de administração pública. Governo que faz o que quer, que controla tudo ou quase tudo. Se a população vivesse bem, não reclamariam. Mas a realidade lá é triste. Aqui no Baixo Vale do Rio do Peixe temos muitos estrangeiros que vieram primeiro do Haiti, depois que o terremoto destruiu aquele país. Na toada, começaram a vir os cubanos, os venezuelanos, bolivianos, nigerianos, nepaleses, senegaleses e outros. Passaram a ocupar os lugares que os bolsistas estão deixando de ocupar. Só aqui em Capinzal, 4% da população é composta por imigrantes. Em 2010 a ocupação era índice zero. É gente que trabalha, estuda, aprende e nos ensina, têm seus filhos, vão para as escolas, são cidadãos brasileiros. Os senegaleses já promoveram evento de gastronomia senegalesa em Capinzal, com grande êxito.

Pois bem! A escolha de Maria Corina Machado para o Prêmio Nobel da Paz deste ano é um tapa na cara de muita gente autoritária. Com 58 anos, é a líder da oposição ao Regime de Nicolás Maduro. É formada engenheira, estudou finanças, fez carreira no setor privado, hoje se dedica à defesa dos direitos civis na Venezuela. Favorita para vender as eleições de lá, foi "eliminada" pela Justiça Eleitoral. Eleita deputada em 2010 com recorde de votos, foi expulsa do cargo em 2014. É líder do partido Vente Venezuela, consegue reunir em torno de si as correntes das forças em favor da democracia. Sua candidatura a presidente foi barrada pelo regime chavista em 2024. Vive escondida dentro do seu próprio país. Você não apoia um regime desses, apoia?

O Comitê Norueguês do Nobel a escolheu "por seu trabalho incansável na promoção dos direitos democráticos do povo venezuelano e por sua luta para alcançar uma transição justa e pacífica da ditadura para a democracia"

A paz em Gaza é possível – O Presidente norte-americano Donald Trump conseguiu dar um "acalme-se ao líder de Israel Benjamim Netanyahu. E seu governo negociou com o Hamas e os países de onde seus membros são originários. Veio um cessar-fogo, a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, a liberação de reféns vivos e mortos pelo Hamas e de soldados e civis por parte de Israel. A Paz só é possível com a renúncia de algo pelos que estão em conflito. Com as guerras, só ganham os fabricantes de armas. Pouco importa quem foi o "pai da criança", mas os resultados conseguidos.

Dia do Professor – é pouco comemorado no Brasil. A maioria dos brasileiros os aplaude. Outra parte os acha uns chatos. Aposentei-me com 31 anos em sala de aula, com 41 de contribuição. Comecei a trabalhar ainda criança. Meu pai foi professor e diretor de colégio. Também fui. Fico feliz quando reencontro meus ex-alunos e a gente se abraça, sorri, comemora. Envelhecemos. Mas os professores e a maioria das pessoas que trabalham na área da saúde são sempre reconhecidas pelos seres, quer pela orientação, quer pelo alívio do sofrimento em algum momento da vida. Parabéns, colegas!

Euclides Riquetti – Escritor –
www.blogdoriquetti.blogspot.com



Professores da Rede Municipal de Ensino de Joaçaba são homenageados em jantar comemorativo ao Dia do Professor

Na terça-feira (14), a prefeitura de Joaçaba, por meio da Secretaria Municipal de Educação, promoveu um jantar em comemoração ao Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro. O evento, realizado no Pavilhão Frei Bruno, reuniu o prefeito Vilson Sartori, a Secretária de Educação Rosane Kunen, vereadores, autoridades, professores e profissionais da Rede Municipal de Ensino.

A programação contou com pronunciamentos, homenagens a professores

aposentados e falecidos, jantar e sorteio de brindes, em um clima de confraternização e reconhecimento ao trabalho dos profissionais que transformam vidas por meio da educação.

O prefeito Vilson Sartori destacou a importância dos educadores e o compromisso da Administração com o fortalecimento da educação municipal. “Estamos muito felizes em celebrar o Dia do Professor, reconhecendo o empenho, a dedicação e o carinho que cada um coloca



em sua missão de ensinar. Joaçaba tem avançado muito graças a esse trabalho coletivo e comprometido. Saibam que o município está com vocês e que o dia do professor é todo dia. Parabéns a todos por esse dom tão bonito de educar”, falou Sartori.

A Secretária de Educação, Rosane Kunen, também expressou sua gratidão e orgulho pela equipe da Rede Municipal. “Celebrar o Dia do Professor é celebrar a força que move a educação de Joaçaba. Cada profissional faz parte dessa grande história construída

com amor, compromisso e dedicação. Agradeço a todos por acreditarem no nosso propósito e por fazerem a diferença todos os dias na vida dos nossos alunos. Juntos, seguimos transformando o futuro da nossa cidade”, parabenizou Rosane.



INTERATIVA CONTABILIDADE

**ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS**

FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.

Passarela da XV/RT

Até que enfim alguém pede explicação em nome da população nessas casas da “mãe joana”

Vereadora Jaqueline De Marco sugere cobranças da empresa e principalmente do setor responsável por obra na passarela da Prefeitura e do Prefeito Sartori. Cansados de politicagem.

Durante a sessão da Câmara realizada na última semana, a vereadora Jaqueline De Marco (PP) apresentou uma indicação solicitando que a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a empresa responsável pela obra da passarela metálica entre a Avenida XV e a Rua Roberto Trompowsky, além dos engenheiros responsáveis pelo projeto, compareçam à Casa Legislativa para tratar sobre o andamento da construção.

A obra da passarela, que fica bem no centro da cidade, é muito esperada pela população, principalmente por quem precisa dela todos os dias para se locomover. Segundo a vereadora, a construção já acumula atrasos de mais de um ano em relação ao cronograma previsto, o que tem deixado muita gente preocupada e gerado várias cobranças à prefeitura.

“A comunidade não sabe ao certo o que está acontecendo, por que a



obra está atrasada ou quando ela vai ficar pronta”, afirmou Jaque. A ideia da vereadora é que sejam prestados esclarecimentos técnicos e adminis-



trativos sobre a obra, bem como cronograma atualizado, justificativas para os atrasos e demais informações pertinentes ao interesse público.

Só não houve manifestações de protesto por ser uma população trabalhadora, mas por isso tem que sofrer os desmandos dos administradores públicos.

Câmara aprova Moção de Apoio a projeto que sugere câmeras de monitoramento em salas de aula

Por sugestão do vereador Leandro Sartori, os vereadores joaçabenses aprovaram a Moção nº 24/2025 em Apoio ao Projeto de Lei nº 337/2023, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que dispõe sobre a instalação de câmeras de videomonitoramento nas salas de aula de ensino médio da

rede pública e privada estadual de ensino.

Sarto justifica que episódios recentes e alarmantes, como os casos de violência e abuso contra estudantes noticiados em cidades catarinenses, evidenciam a vulnerabilidade de nossas escolas e a urgência de mecanismos legais mais rigorosos para

resguardar a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, professores e demais servidores das unidades de ensino.

Ele reitera ainda que o projeto equilibra a busca por segurança com o respeito à privacidade, vedando o monitoramento em banheiros e a

transmissão online das imagens, além de determinar que o tratamento dos dados siga rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“A Moção de Apoio em Apoio ao Projeto de Lei nº 337/2023 é a forma que dispomos para demonstrar nossa adesão a proposta que tramita na Assembleia



Legislativa de Santa Catarina e, de estimular que o mesmo

seja brevemente aprovado”, disse Leandro Sartori.

Seletivo Unoesc Verão 2026

sua melhor **ESCOLHA** é a **UNOESC**

Inscrições e matrículas **GRATUITAS***

unoesc.edu.br

*Exceção para o curso de Medicina, de acordo com a Instrução de Trabalho nº 007/DIREXEC/2025.

Cursos de Graduação **PRESENCIAL** **MATRÍCULAS GRATUITAS**

BOLSAS DE ATÉ 100% pelo Programa Universidade Gratuita

Cursos de Graduação **ON-LINE E SEMIPRESENCIAIS** **MATRÍCULAS GRATUITAS**

BOLSAS DE 30%*

*Conforme Instrução de Trabalho nº 007/DIREXEC/2025.



E Viva Meu Brasil brasileiro!!!

Por Neusa Maria Breda

1- Caminho certo?

Se dados como esses deixam você confuso, eu trago duas boas notícias. A primeira é que você está no caminho certo. Tem gente que escolhe prestar atenção apenas nos dados positivos, enquanto outros preferem focar só os negativos.

Nesse cenário, quem está confuso está tentando entender a real dimensão da situação. Isso é importante por motivos diversos, inclusive porque possibilita que você tome melhores decisões de investimento e, assim, não perca dinheiro à toa.

Alguns dados são preocupantes porque temos que pensar na economia e a dívida do setor público.

O medo por parte de diversos investidores é de que o país se torne incapaz de pagar juros da dívida pública, o que obrigaria o governo a emitir moeda e, consequentemente, gerar uma inflação descontrolada, com efeitos negativos diversos em toda a economia.

Mas será que estamos caminhando, mesmo, para esse cenário?

Difícil dizer!

Temos como prever? Difícil ainda mais que estaremos em ano eleitoral!

Atualmente, o rombo fiscal quanto o setor público gasta mais do que arrecada, está em R\$ 970 bilhões, considerando os 12 meses encerrados em agosto, de acordo com o Banco Central.

Esse número já foi bem maior em um passado recentemente.

Em outubro de 2020, o rombo fiscal chegou a 13,48%, pior resultado dessa série de dados, que começou em 2002.

Dessa forma, podemos concluir que a situação fiscal do país merece, sim, atenção, mas devemos lembrar que já estivemos em posição pior e conseguimos melhorar.

Ao mesmo tempo em que muitos apontam uma situação fiscal crítica, vemos a Bolsa brasileira batendo recorde atrás de recorde porque tem gente acreditando nas empresas brasileiras.

No ano passado, o dinheiro de investidores estrangeiros representou 55,8% dos negócios no mercado de ações do Brasil. Este ano, o percentual subiu para 58,2%.

Alguém entende tudo isto?

Além disso, o governo brasileiro tomou US\$ 3,25 bilhões emprestados de estrangeiros no início de setembro. Os resultados dessa captação mostraram que a credibilidade dos investidores na dívida brasileira foi a maior desde pelo menos 2014.

Por fim, vale acrescentar que continua chegando capital de longo prazo no país.

Os investimentos estrangeiros diretos no país somaram US\$ 115,7 bilhões de janeiro a agosto apesar de que tem muita gente guardando dinheiro fora do país!

Esse número ficou ligeiramente abaixo do verificado no mesmo período do ano passado, mas bem acima do verificado nos quatro anteriores.

Isto nos mostra que a situação não é tão feia!

Há investidores estrangeiros investindo no Brasil em um ritmo, inclusive, acima da média dos últimos anos.

O medo é acreditar que o governo atual tenha capacidade ou vontade de controlar as contas públicas ou que ela esteja em andamento.

Num ano eleitoral os gastos públicos serão mais insuficientes e podem desandar e acabar em nada. Não podemos nos desesperar mas temos que estar atentos.

E os Juros? Podem cair, mas pouco! Mas, como a taxa Selic só cai se a inflação ficar mais controlada, a tendência é que, mesmo com essa queda, as aplicações de renda fixa continuem com boa rentabilidade real.

Tem muito por vir ainda!

2- Nosso Brasil!

Este Brasil enorme e tem por continuação a polarização de petistas de um lado e bolsonaristas de outro.

Entretanto temos que pensar que muitas pessoas, inclusive eu, não temos um time, principalmente quando se polarizam em dois. Temos direito de não aceitar só isto porque! Existem as minorias que atuam e até abafam a voz de uma vasta maioria!

Na realidade não basta direita e esquerda porque existem outros times ou grupos, brasileiros pobres com seus valores, as vezes conservadores.

Estes segmentos intermediários estão sob um efeito bem mais suave da ação dos grupos polarizados. Se o que move o grupo mais conservador é a questão da moral, da ordem, dos valores familiares e o que move o grupo mais progressista é a justiça social, os grupos do meio assimilam as duas coisas, em nuances.

Não vamos falar em quantidade porque esta turma prefere se afastar da política ruidosa e dona do mundo. Estes blocos, na realidade detém o poder de decisão em qualquer eleição, como a que vai escolher um novo presidente no ano que vem, mesmo ausente do debate público.

O que se verifica é que não são despolitizadas, mas são apenas afastadas da política, não participam de manifestações e também não vão votar! Na realidade isto favorece a opinião da grande maioria que despolitizados se afastam da política atual, o que é muito ruim!

Vamos lembrar que o mais pobre são os menos escolarizados porque apenas 6% tem curso superior e o mais pobre tem renda menor que R\$ 5 mil e será beneficiado pela isenção de imposto de renda que será aprovada pelo Congresso.

Temos que lembrar que na base da pirâmide socioeconômica e são os mais afetados pela precariedade, preocupando-se com a segurança econômica e os serviços públicos de saúde e combate à pobreza, preocupando-se com a segurança econômica e os serviços públicos de saúde e combate à pobreza.

Basra lembrar que 30% votaram em branco nulo ou não foram votar nas eleições de 2022. Apenas 15% consideram manifestações políticas importantes. Sua falta de identificação partidária é a maior entre todos os grupos e 46% não se definem nem como petistas, nem como bolsonaristas.

Os 54% que ninguém ouve podem não estar debatendo no X, mas sua moderação e anseio por união são o motor silencioso das eleições.

3- E o irmão?

Estamos falando que a omissão criou um ambiente de irregularidade e acabaram induzindo órgãos públicos ao erro.

Será?

Conhecido como Frei Chico, José Ferreira da Silva é vice-presidente do sindicato. A entidade foi alvo de operação que apura desvios nos repasses de benefícios pagos a aposentados e pensionistas do INSS.

Este nome a gente já conhece de longa data! Segundo dizem o sindicato prestou declarações falsas tais como: “não havia parentes em linha colateral de membros do poder”.

Logicamente que ao omitir o vínculo de frei Chico e Lula o sindicato criou um ambiente de aparente legalidade, se é possível, que teria induzido os órgãos públicos nos erros, além de dificultar a verificação do cumprimento dos critérios legais que na época era diretor nacional de Representação dos Aposentados Anistiados.

Assim sendo, diante de declaração falsa foram impedidos de identificar a incompatibilidade legais que era evidente e ainda cita a Lei 13.039/2014 que proíbe a parceria de organizações da sociedade com o poder público em algumas situações.

Isto se verifica em casos de familiares próximos de dirigentes públicos não podem ser dirigentes de organizações civis que queiram firmar parcerias com o poder público na mesma esfera do governo.

A omissão do parentesco entre Lula e Frei Chico quando declarou ao INSS que não se encontrava em nenhuma das vedações. Isto quando Lula já havia voltado a ser presidente.

Questionado sobre a nota técnica, o Sindnapi declarou que “Não tivemos acesso a nada, a nenhum documento.

Acreditamos que ainda devem ser questionados sobre os valores repassados pelo INSS para o Sindnapi, cresceram 564% em 5 anos, isto é, de 2020 a 2024. O montante recebido pelo sindicato saiu de R\$ 23,2 milhões para R\$ 154,7 milhões!

Os congressistas devem questionar Milton sobre o fato de os valores repassados pelo INSS para o Sindnapi cresceram 564% em 5 anos, de 2020 a 2024. O montante recebido pelo sindicato saiu de R\$ 23,2 milhões para R\$ 154,7 milhões.

Como é fácil todo isto! Não acham?

4- Esta é de quem?

Agora é a vez da dita cuja Janja! O presidente já assinou o que Janja tanto queria e ampliou o papel da dita cuja mas parece que influenciou mais ainda.

Esta senhorinha parece que comanda o dito cujo!

Final quem manda? Ela! Até as hospedagens no navio durante a Cop 30 foi ela que resolveu. Pelo que se nota ela quer ser reconhecida quer que os outros a vejam. Quer que as pessoas a vejam como dona da verdade. Ela precisa mostrar o que faz, dar resultados, fazer, mostrar que atua para a ter méritos. Quer é comandar tudo, mostrar que pode, que entende. A esposa quer mostrar novos caminhos, dizer que pensa e atua!!!

Seus limites não existem. Quer barcos luxuosos, gabinete novos, gastos e mais gastos, enquanto a gente paga a conta. Enquanto houver dinheiro eles vão estar felizes e sem limites.

Triste sina? Talvez! Mas ele merece!

Falando nela lembrai do seu marido, o presidente!

Este senhor me tira do sério! Aa falas deste senhor deixa a gente com raiva.

Basta ver as hospedagens de luxo nos navios. Quer ser “o cara” quer participar de tudo, falar o que bem entende, impõe a presença de quem manda ou deveria mandar!

Mas esta vou deixar para as que virão!

Grande a afetuoso abraço!



Conhecimento, inovação e integração marcam o 18º SIEPE e o 2º Summit Unoesc

Consolidado como um dos maiores eventos acadêmicos da Unoesc, o “Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)” foi promovido, na última semana, simultaneamente, em todos os campi, envolvendo estudantes, professores e pesquisadores. Em 2025, na 18ª edição, foram submetidos mais de 500 resumos, superando os anos anteriores, evidenciando as experiências e os projetos desenvolvidos na Instituição.

Na Unoesc Joaçaba, nos dias 9 e 10 de outubro, o SIEPE foi realizado em conjunto com a segunda edição do “Summit Unoesc”, unindo ensino, pesquisa e extensão em uma única programação de exposição de trabalhos, palestras e debates. Além de ampliar a vivência acadêmica, o objetivo foi aproximar a comunidade universitária das discussões contemporâneas sobre ciência, tecnologia e inovação, neste ano com olhar especial para a inteligência artificial (IA).

— O SIEPE e o Summit Unoesc reafirmam seus

papéis como espaços de difusão do conhecimento, de fomento à inovação e de valorização da pesquisa como pilar estratégico do desenvolvimento institucional e regional — destacou o reitor da Unoesc, professor Ricardo Antonio De Marco.

A solenidade de abertura foi marcada pela palestra “Criatividade no mundo da Inteligência Artificial”, ministrada pelo professor Doutor Julian Alexander Brzozowski. Sua abordagem propõe a IA não como substituta da criatividade humana, mas como uma ferramenta que potencializa a capacidade de imaginar e prototipar ideias, mantendo a autoria, o senso crítico e a curadoria como elementos centrais.

A programação integrada do SIEPE e do Summit também incluiu apresentações de 123 trabalhos de iniciação científica, ensino e extensão, por meio de pôsteres, exposição de ideias propostas por estudantes de Pós-graduação Stricto Sensu sobre “Inteligência Artificial para



Investidores”, além de uma mesa-redonda com docentes dos Programas de Mestrado e Doutorado sobre o tema “Uma breve história da inteligência”. Destaque ainda para a premiação de trabalhos relevantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e para o lançamento do livro “Inteligência Artificial: Fenômeno, Conceito e Método”, fruto do trabalho transversal dos Programas de Mestrado e Doutorado da Unoesc.

Na Unoesc Chapecó, o SIEPE ocorreu nos dias 7 e 9 de outubro e reuniu mais de 500 estudantes com trabalhos nas áreas de Ciências da Vida e Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Sociais, Ciência Jurídica e Ciências da Educação. No total, foram 92 trabalhos de ensino, pesquisa e extensão expostos no campus de Chapecó, além de três pesquisas do PIBIC/CNPq apresentadas em Joaçaba.

Na Unoesc São Miguel do Oeste e suas unidades, nos dias 9 e 10 de outubro,

o SIEPE contou com a apresentação de 84 trabalhos de pesquisa e extensão provenientes de estudantes de graduação, especialização e mestrado. Os trabalhos compartilhados demonstraram resultados de diversas pesquisas e atividades que a Unoesc desenvolve com os objetivos de auxiliar na resolução de desafios, melhorar a qualidade de vida da população e impulsionar a inovação e o empreendedorismo. Aproximadamente 2 mil estudantes prestigiaram o evento, além da comunidade externa.

Na Unoesc Xanxerê, nos dias 9 e 10 de outubro, foram apresentados 50 trabalhos desenvolvidos em projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, atividades de ensino e de extensão. As apresentações contemplaram aproximadamente 2 mil estudantes, compartilhando o conhecimento gerado, aliando teoria e prática e estimulando a comunicação e a interpretação de resultados.

Na Unoesc Videira, de 8 a 10 de outubro, o SIEPE

contou com 146 trabalhos e envolveu mais de 1,8 mil pessoas, entre participantes e visitantes. Já na Unoesc Campos Novos, no dia 9, foram apresentados 33 trabalhos.

— Agradecemos aos estudantes e professores, de todos os campi, pela ampla participação e pelos trabalhos de alto nível. Os agradecimentos se estendem aos coordenadores de curso, à Comissão Científica, aos avaliadores externos do CNPq, aos professores avaliadores internos, aos coordenadores institucionais do Programa de Bolsas do CNPq e, especialmente, à equipe organizadora e aos dirigentes da Unoesc pelo suporte essencial à consolidação de um evento tão significativo para a comunidade acadêmica. O SIEPE e o Summit Unoesc reafirmam o compromisso da Instituição com a formação de excelência, a produção científica e a inovação, integrando Graduação e Stricto — ressaltou o pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação, professor Kurt Schneider.



Aniversariantes da Semana: 17/10 a 23/10/2025



Neiva Gomes Risson, 17/10



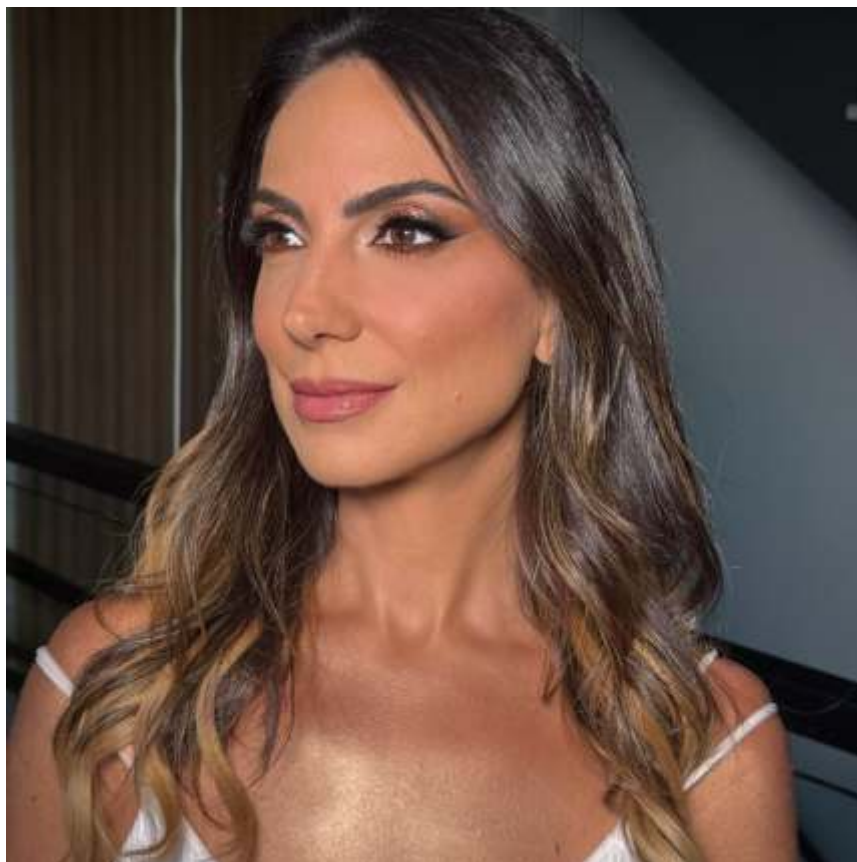
Debora Arenhart, 17/10



Bruna Mattevi, 22/10



Rutly Henrique, 17/10



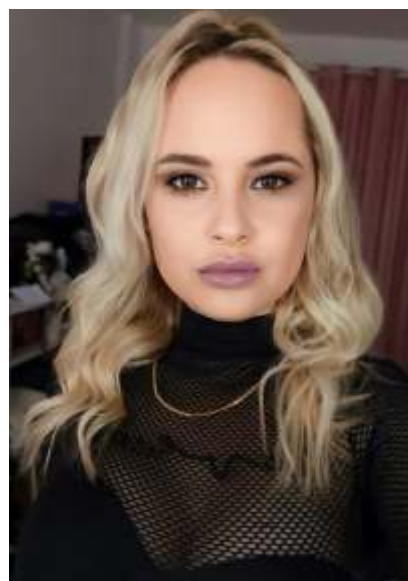
Lizandra Pitol, 18/10



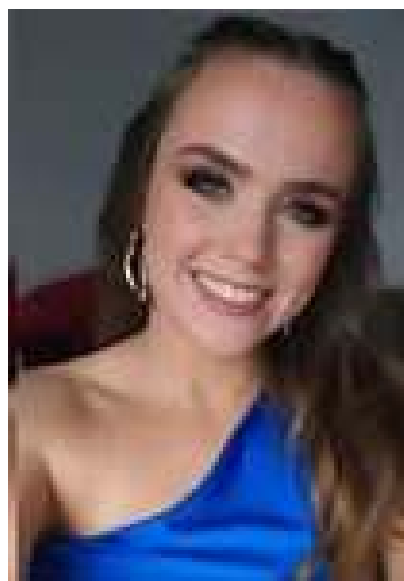
Morgana M. Brandalise, 22/10



Mary Meneghini, 17/10



Lili De Oliveira, 19/10



Paola Parno, 20/10



Gidiéla Detofol, 23/10

ENTIDADES EMPRESARIAIS CRITICAM AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Fiesc e Fecomércio SC alegam que o equilíbrio fiscal deve ser perseguido com corte de gastos e eficiência do setor público e não com novos impostos, especialmente sobre a folha de pagamentos

A Federação das Indústrias de Santa Catarina manifestou preocupação com a possível retomada do julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a reoneração da folha de pagamentos. Projeto de lei aprovado pelo Congresso estende a desoneração da folha de pagamentos das empresas até 2027 e também reduz o recolhimento à Previdência Social de pequenos municípios até o

final do mesmo ano.

Na contramão do Congresso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin anunciou que vai retomar o julgamento da ação movida pelo governo Lula contra o projeto de lei.

Para a Fiesc, o equilíbrio fiscal é necessário, mas deve ser buscado com corte de gastos e eficiência do setor público, e não com aumento de tributos.

“O equilíbrio fiscal é fundamental, mas não pode ser alcançado às custas de quem produz. Não é hora de reonerar a folha ou elevar a carga tributária”, afirmou o presidente da Fiesc, Gilberto Seleme. Ele destacou que o aumento de impostos afeta a geração de empregos, renda e arrecadação, agravando o cenário econômico.

A Federação também avaliou positivamente o

fim da Medida Provisória 1.303/2025, que elevaria alíquotas de outros tributos para compensar perdas de arrecadação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e alertou para o risco de novas medidas que onerem o setor produtivo.

A Fiesc e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendem que eventuais compensações fiscais não recaiam sobre empresas nem consumidores.



Hélio Dagnoni: Um novo imposto compromete a segurança jurídica e desestimula investimentos



Gilberto Seleme: Não é hora de reonerar folha de pagamento para equilibrar as contas públicas

Compensação

A Federação do Comércio, Bens e Serviços - Fecomércio SC, por sua vez, reiterou apoio à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, mas se posicionou contra a compensação da perda de arrecadação por meio de nova taxação. “Um novo imposto compromete a segurança jurídica e desestimula investimentos”, alerta Hélio

Dagnoni, presidente da Fecomércio SC.

Fundo eleitoral

O líder empresarial criticou o elevado valor do Fundo Eleitoral recentemente aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Parlamentares ampliaram para R\$4,9 bilhões a reserva do fundo eleitoral previsto no Orçamento de 2026, dificultando ainda mais a re-

dução do déficit nas contas públicas federais.

Para a Fecomércio SC, o equilíbrio fiscal pode vir de alternativas como a Reforma Administrativa, capaz de economizar até R\$ 100 bilhões anuais. “A criação de novos tributos nunca será solução — apenas afasta investimentos e ameaça a geração de empregos”, concluiu o presidente Hélio Dagnoni.

Franciela Lima é a nova diretora de Comunicação Social da Alesc

A jornalista Franciela Lima assumiu de forma efetiva a Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).

Com 15 anos de experiência em assessoria política, ela integra desde 2018 a equipe de comunicação do presidente da Casa, deputado Julio Garcia.

A Diretoria-Adjunta de Comunicação é ocupada pela jornalista Patrícia Schneider de Amorim, servidora efetiva da instituição.

A atual gestão tem como foco o fortalecimento da comunicação institucional do Parlamento. O



Franciela Lima, deputado Julio Garcia, presidente da Alesc, e Patrícia Schneider de Amorim

presidente tem destacado que, após a atuação dos deputados, a comunicação é a principal atividade da Alesc, por aproximar o Poder Legislativo dos catarinenses.

Entre as ações em andamento estão a nova pro-

gramação da TVAL, o fortalecimento da presença digital, a reestruturação da equipe de comunicação, o desenvolvimento de um novo portal institucional e o aperfeiçoamento da comunicação interna do Parlamento.



Parceria sempre ao lado de quem move a economia.

Do fortalecimento de pequenos negócios ao apoio a grandes projetos, o BRDE impulsiona o setor de serviços com crédito, inovação e parceria de verdade. Porque estar um passo à frente é também estar sempre ao lado de quem faz a economia girar.

brde.com.br

BRDE CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.



NÃO ENCONTRA O PROFISSIONAL CERTO PRA VAGA?

Anuncie a vaga em **TRABALHE NA INDÚSTRIA.COM.BR**

Anuncie gr **FIESC**

FIESC, SESI, SENAI, IEL E CIESC

Prefeitura de Joaçaba adquire nova escavadeira hidráulica para reforçar a infraestrutura rural



A Prefeitura de Joaçaba ampliou a frota do Parque de Máquinas com a chegada de uma escavadeira hidráulica Caterpillar 318, avaliada em R\$ 828.357,90, sendo R\$ 700 mil repassados pelo Governo do Estado de Santa Catarina e R\$ 128.357,90 de contrapartida do Município. A aquisição foi formalizada por meio do Convênio Simplificado, vinculado ao Programa “Santa Catarina Levada a Sério”, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

De acordo com o prefeito Vilson Sartori, a

nova máquina é a maior do Parque de Máquinas municipal e será essencial para os trabalhos de manutenção, alargamento e cascalhamento das estradas do interior. “Estamos muito felizes com essa conquista, que vai fortalecer nossa infraestrutura e beneficiar diretamente a comunidade rural. Agradeço ao Governo do Estado pela parceria e pela confiança em Joaçaba. Esse equipamento vai trabalhar muito para melhorar as condições das nossas estradas e acompanhar o crescimento das nossas safras”, destacou o prefeito.



Joaçaba realiza Seminário Rural em parceria com o SENAR na próxima semana

A Prefeitura de Joaçaba, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), realiza no dia 22 de outubro (quarta-feira), o Seminário Rural, com início às 19h, no Parque de Exposições Nelson Pedrini, localizado na comunidade de São Brás.

O evento tem como objetivo promover a capacitação e o fortalecimento do conhecimento técnico dos produtores rurais do município e região, abordando temas de grande relevância para o setor agropecuário.

A programação contará com duas palestras: “Uso seguro de agrotóxicos” e “Legislação aplicada ao trânsito de máquinas agrícolas”, que trarão orientações práticas sobre boas práticas no campo, segurança no trabalho e cumprimento das normas legais vigentes.

O Seminário Rural é uma iniciativa que busca incentivar o desenvolvimento sustentável no meio rural, valorizando o trabalho do produtor e contri-



buindo para o aprimoramento das atividades agrícolas com responsabilidade e segurança.

A participação é gratuita, e todos os agricultores,

trabalhadores e estudantes da área estão convidados a participar desse momento de aprendizado e troca de experiências.

Prefeitura de Joaçaba convida população para audiência pública sobre a Lei Orçamentária Anual de 2026

O município de Joaçaba convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de apresentação e discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, em conformidade com o §1º, inciso I, do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O encontro será realizado no dia 24 de outubro de 2025, às 18h, no Plenário Claudino Morandini, na Câmara de Vereadores de Joaçaba, localizada na Rua Tiradentes, nº 872, Centro.

A audiência tem como objetivo garantir transparência e promover a participação popular no processo de elaboração do



orçamento municipal, que define a aplicação dos recursos públicos no próximo ano.

A comunidade poderá acompanhar o evento presencialmente ou de forma on-line, com

transmissão ao vivo pelas páginas oficiais da Câmara de Vereadores:

facebook.com/camarave
readoresjoacaba
youtube.com/@CamaraJ
BA

MPSC ajuíza ação para obrigar a monitoração de capivaras em áreas urbanas

A 21ª Promotoria de Justiça aponta, na ação civil, o risco à saúde pública

Em grandes centros urbanos, ver capivaras circulando tranquilamente pelas ruas tem se tornado algo comum, e em Joinville não é diferente. Por trás dessas cenas, porém, há uma preocupação crescente com a saúde pública, a segurança viária e a proteção animal.

Na cidade mais populosa de Santa Catarina, diante da omissão do Município, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ajuizou uma ação civil pública exigindo a elaboração e implantação de um plano de monitoramento das capivaras em áreas urbanas. A medida busca garantir a proteção dos animais e a segurança da população diante do aumento da presença desses roedores em regiões próximas a rios, lagoas e áreas verdes da cidade.

Entre os pedidos do MPSC na ação está a condenação do Município de Joinville a elaborar e implantar um plano de monitoramento das capivaras, com mapeamento das áreas de circulação e identificação de zonas de risco. O objetivo é garantir a proteção integral e o bem-estar dos animais, prevenir e mitigar riscos ambientais e sanitários, bem como atender às exigências legais e técnicas do IBAMA e dos

demais órgãos ambientais.

A ação tem como base um inquérito civil instaurado pela 21ª Promotoria de Justiça que constatou que o poder público local não tinha nenhum plano para lidar com a situação. O procedimento administrativo reuniu também pareceres técnicos do IBAMA, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) que apontam que a urbanização desordenada e a ausência de predadores naturais têm favorecido a proliferação das capivaras, aumentando o risco de acidentes de trânsito e de transmissão de zoonoses.

Além dos relatórios dos órgãos ambientais, a ação do MPSC ressalta o aumento da presença de capivaras em diversos pontos da cidade. A situação, embora desperte simpatia em parte da população, também acende alertas, pois as capivaras são hospedeiras naturais do carrapato-estrela, vetor da febre maculosa, doença grave e potencialmente fatal.

Segundo consta na ação do MPSC, o Município de Joinville tem se recusado a assumir sua responsabilidade



constitucional e legal na proteção da fauna, alegando que o manejo de animais silvestres seria competência exclusiva da União. No entanto, a Promotoria de Justiça com atribuição na área do meio ambiente e proteção animal sustenta que, embora o IBAMA seja o órgão responsável por autorizar ações de manejo, cabe ao Município elaborar os projetos e estudos necessários para tal autorização.

A Promotora de Justiça Simone Cristina Schultz afirma que “a proteção dos animais não pode ser tratada como uma questão secundária. Estamos falando de seres sencientes, que

sentem dor, medo e prazer e que merecem respeito e cuidado”.

Ela ressalta que “é imperioso que o Município assuma sua responsabilidade e adote medidas concretas para prevenir riscos ambientais e sanitários, garantindo a coexistência segura entre humanos e fauna silvestre”. A Promotora de Justiça argumenta, ainda, que a omissão da administração municipal viola o artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao poder público o dever de proteger a fauna.

Além da questão sanitária, o MPSC aponta o aspecto ético e jurídico da

proteção animal. Na inicial da ação, a 21ª Promotoria de Justiça cita decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a dignidade dos animais como sujeitos de direitos, reforçando a obrigação do Estado em garantir seu bem-estar.

“Não se trata apenas de proteger o meio ambiente, mas de reconhecer que os animais têm valor próprio e não podem ser tratados como coisas. Elas continuam circulando pelas ruas da cidade, à espera de uma política pública que respeite sua existência e proteja a saúde da população”, reforça a Promotora de Justiça.

Integração entre IA e fluxos de trabalho é tema do Programa de Difusão

Ministrada pelo Promotor de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB) Alberto Cartaxo, a nona aula da Capacitação em Engenharia de Prompts do Programa de Difusão em Inteligência Artificial abordou aplicações práticas da IA no Ministério Público.

Durante a aula, Alberto Cartaxo tratou de fluxos de trabalho e LLM (Large

Language Models). “Fluxos de trabalho são as sequências de tarefas. Antes da inteligência artificial, isso era mais rígido, até a chegada do LLM. Com ele, os códigos começam a ter mais flexibilidade. Com isso, quando surgem os prompts, nós passamos a conseguir adaptar os fluxogramas de uma maneira personalizada”, explicou.

O Promotor de Justiça também apresentou o n8n, uma ferramenta que automatiza tarefas e processos. “O objetivo do n8n é integrar diferentes fontes de dados sem necessidade de infraestrutura externa. Então, ele é capaz de coletar e centralizar dados de diversas fontes para a criação de relatório. Por exemplo, posso usar uma

fonte do Google, como da OpenAI ou até mesmo da Antropic. Ela me oferece mais liberdade que outras”. Cartaxo ainda falou sobre algumas funcionalidades atualizadas da OpenAI e do AI Google Studio e como explorá-los.

O Programa de Difusão em Inteligência Artificial, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento

Funcional, ocorre em quintas-feiras alternadas até o fim de 2025. As aulas são gravadas e serão disponibilizadas posteriormente para os integrantes do MP brasileiro. A IA como instrumento de modernização institucional e com valores humanos: esse é o foco do programa de difusão do uso de inteligência artificial do MPSC.

Golpistas se passam por juízes e servidores na comarca de Joaçaba

TJSC reforça orientações para evitar prejuízos com falsas intimações e pedidos de dinheiro por mensagens

A comarca de Joaçaba, no meio-oeste catarinense, tem sido alvo de dois tipos de golpe que utilizam indevidamente o nome do Poder Judiciário. Além das falsas intimações enviadas por e-mail e WhatsApp, criminosos estão se passando por juízes e entrando em contato com terceiros para solicitar depósitos em dinheiro como suposta condição para cadastramento como motorista de magistrado.

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) acompanha os casos e reforça que o TJSC não solicita dados financeiros, senhas ou transferências

bancárias em suas comunicações. Intimações oficiais são feitas exclusivamente por meio do sistema eproc ou por oficiais de justiça devidamente identificados.

No golpe da falsa intimação, os golpistas induzem as vítimas a clicar em links maliciosos sob a alegação de que precisam verificar uma convocação judicial. Já no golpe do falso juiz, o contato é feito diretamente com a vítima, geralmente por telefone, e envolve uma falsa proposta de trabalho vinculada ao Judiciário.

A orientação é clara: não clicar em links suspeitos, bloquear o número que fez contato e comunicar imedi-

atamente o fórum e a delegacia mais próxima. Registrar boletim de ocorrência é essencial para colaborar com as investigações e evitar que outras pessoas sejam vítimas.

Intimações legítimas por WhatsApp

É importante destacar que oficiais de justiça podem realizar intimações por meios digitais, como WhatsApp, chamadas de vídeo, ligações telefônicas e e-mails institucionais, conforme autorizado pelas Circulares n. 76/2020 e 222/2020, da Corregedoria-Geral da Justiça.

Nesses casos, o servidor se identifica com crachá



funcional e envia o mandado judicial em formato PDF. Ele pode solicitar apenas a imagem de um documento de identidade para confirmar o recebimento.

O TJSC alerta ainda para outros golpes já registrados

em Santa Catarina, como o do falso precatório, falso advogado, falsa decisão judicial e falso juiz-corregedor. Em caso de dúvida, a recomendação é sempre buscar orientação diretamente com o fórum da comarca.

TJSC amplia acesso à Justiça com novos Pontos de Inclusão Digital em cartórios

Os municípios de Vargem, no Meio-Oeste, Abdon Batista e Capão Alto, na região serrana, e Vitor Meireles, no Alto Vale do Itajaí, agora contam com Pontos de Inclusão Digital (PIDs) instalados em cartórios nesta semana. A iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) permite que cidadãos realizem atos processuais por videoconferência e tenham acesso facilitado à Justiça, mesmo em regiões com baixa conectividade. O cartório de Rancho Queimado foi o primeiro do país a receber um ponto, no dia 10 de outubro.

Os PIDs são espaços equipados com computador, câmera e conexão à internet, instalados em cartórios extrajudiciais por meio de parceria entre o TJSC e a Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC). Neles, os cidadãos podem realizar atos processuais por videoconferência, como

depoimentos, além de acessar o Balcão Virtual e outros serviços judiciais.

A iniciativa integra o programa Justiça Mais Perto, coordenado pelo Sistema dos Juizados Especiais e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cojepemec). O projeto prevê a instalação de 91 PIDs em cartórios de cidades localizadas a mais de 20 quilômetros de qualquer unidade judicial.

Durante as solenidades onde foram instalados, o desembargador Sílvio Dagoberto Orsatto, coordenador da Cojepemec, destacou o impacto social da iniciativa. "As desigualdades sociais e a falta de acesso à tecnologia são um desafio. Precisamos superar essas barreiras e implementar uma cidadania digital com acesso da população à Justiça. A implementação dos PIDs nos cartórios extrajudiciais pode nos auxiliar nesta superação e propiciar ao cidadão a possibilidade de



efetivar seus direitos", afirmou o magistrado.

Para a juíza substituta da comarca de Campo Belo, Caroline Casa, a instalação dos PIDs significa um avanço significativo na inclusão digital e no fortalecimento da cidadania. "Este momento representa muito mais do que a inauguração de um equipamento, é um reflexo do comprometimento do Poder Judiciário com a inclusão e com a Justiça acessível a todos."

Para o delegatário de Vitor Meireles, Vilásio Jairo Moretti, o lançamento do PID é um divisor de águas na história do município.

Mais do que um avanço tecnológico, representa um símbolo de cidadania, inclusão e respeito aos direitos fundamentais. "O PID não é apenas uma ferramenta, é uma ponte entre o cidadão e seus direitos. Ele amplia o alcance social, fortalece a democracia e reafirma que ninguém deve ficar à margem por falta de recursos ou conhecimento técnico e jurídico."

Moretti ressalta que este é um momento de celebração e também de responsabilidade. "Que o PID seja usado para promover o bem comum, facilitar a vida dos nossos

municípios e inspirar que a Justiça está acessível a todos."

As solenidades contaram com a presença da juíza da comarca de Anita Garibaldi, Juliana Gonçalves; do juiz diretor do foro de Campos Novos, Lucas Antônio Mafra Fornerolli; das titulares da Escrivania de Paz dos municípios de Abdon Batista, Maria Amália Aldana Faria, e de Capão Alto, Bruna Roberta Gonçalves; de representantes do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e de autoridades locais.



“Passar a boiada”2: ex-ministro do meio ambiente vira réu no STF e pode respingar em SC

Por Luis Fernando F Costa* (advluisfernando4219@gmail.com)

Parte dois sobre o Réu Ricardo Salles na Ação Penal 2705, que iniciou tramitação em setembro/2025 e pode respingar em SC por “advocacia administrativa” do atual Gestor.

(...) A operação Handroanthus, iniciada em novembro/2020, concluiu que houve desmatamento ilegal, grilagem de terra, fraude em escrituras e exploração madeireira em áreas de preservação permanente. Foram apreendidos 214 mil metros cúbicos de madeira na divisa entre Amazonas e Pará, avaliados em R\$ 129,17 milhões, a maior já registrada pela Polícia Federal.

(...) Na ocasião, o ministro disse aos madeireiros que já havia marcado para a semana seguinte, dia 25, uma reunião com “o grupo” do Amazonas e de Roraima, também alvos da operação. Segundo Dacroce, Salles afirmou: “quinta-feira que vem eu tenho uma reunião com esses grupos (do Amazonas e de Roraima) para tratar sobre essa questão de regularização fundiária, no que o ministro do meio ambiente pode auxiliar (no que tange à sua competência, também nunca extrapolou a competência dele), friso Rafael e venham vocês juntos então, que daí a gente se apresenta todo mundo”.

Na agenda do ministro do dia 25 de março/21, foi registrada a participação dos senadores Telmário Mota (PROS/RR), Zequinha Marinho (PSC/PA) e Jorginho Mello (PL/SC) na reunião. A pauta: “setor madeireiro”.

Em entrevista à rádio CBN na última segunda-feira (26/04/21), Ricardo Salles revelou que atuou para liberar a madeira ilegal a pedido de três deputados federais e quatro senadores. “Nós fomos procurados primeiro pelo senador Jorginho Mello e pela deputada Caroline de Toni, porque são representantes do estado de Santa Catarina e parte desses empresários que se acham prejudicados são do estado de Santa Catarina, mas estão há décadas no Pará”, contou.

“Depois fomos procurados pelo senador Telmário Mota, porque os seus eleitores lá no estado de Roraima também foram objeto de fiscalização. Fomos procurados pelo senador Zequinha Marinho e Mecias de Jesus (Republicanos-RR), ou seja, eu estou lhe falando de quatro senadores. Para além disso, três deputados federais”, destacou o ministro.

A atuação de Ricardo Salles e do senador Telmário Mota na defesa dos investigados na Operação Handroanthus GLO, motivaram a notícia-crime de autoria do delegado Alexandre Saraiva, enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 14 de abril/21. O delegado foi demitido da superintendência da PF no Amazonas após apresentar a

denúncia.

Segundo Saraiva, Salles agiu para dificultar a ação de fiscalização ambiental e “patrocina diretamente interesses privados (de madeireiros investigados) e ilegítimos no âmbito da Administração Pública”, além de integrar, “na qualidade de braço forte do Estado, organização criminosa orquestrada por madeireiros alvos da Operação Handroanthus com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza”.

Em entrevista à rádio CBN na segunda-feira, Ricardo Salles disse que a notícia-crime é “absurda e sem fundamentos” e que o delegado Alexandre Saraiva teria preparado o documento logo depois de saber que seria exonerado do cargo. “Fez em revanche, fez para ganhar holofotes”, ressaltou. “O que nós pedimos foi celeridade”, defendeu. Segundo o ministro, o delegado fez uma operação sobre a extração ilegal de madeira, mas não ouviu todas as partes, não recebeu documentos e não deu andamento ao inquérito num prazo de 120 dias.

Na última terça-feira (27/04/21), a ministra do STF, Cármen Lúcia, determinou que a Procuradoria-Geral da República se manifeste sobre a notícia-crime. Segundo ela, os fatos narrados são de “gravidade incontestável” e envolvem “tema de significação maior para a vida saudável do planeta, como é a questão ambiental”.

Plano de Ação – Foi na reunião do dia 25 de março com a presença dos madeireiros investigados, de deputados, senadores, representantes da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e do Ibama, que o ministro Ricardo Salles planejou sua primeira expedição ao Pará para averiguar as toras de madeiras apreendidas na operação Handroanthus GLO.

“Neste dia nós falamos para ele (Ricardo Salles) uma frase que foi: ‘olha, se tiver pessoas com mais e melhores documentos que as nossas terras ali, no estado do Pará, na nossa região, a gente entrega a fazenda de presente para quem mostrar isso’. Daí ele gostou e falou, ‘ah, então nós vamos conhecer esse caso de vocês’ e convidou o presidente do Ibama, convidou algumas lideranças políticas. Ele quis entender, mas em momento nenhum ele fez um pré-julgamento de olha, ah, vocês estão certos, então vamos liberar a madeira amanhã”, contou Rafael Dacroce.

O ministro desembarcou em Santarém seis dias depois do encontro, em 31 de março. Ele foi até Cachoeira do Aruã, no Rio Arapiuns, onde a PF fez as apreensões. Salles e sua equipe foram recebidos pelos madeireiros.

“Fomos hoje a Cachoeira do Aruã, no Pará, analisar o rastreamento da madeira extraída.

As etiquetas em cada tora indicam o local exato de onde foram extraídas, conforme o plano de manejo florestal aprovado. Escolhemos alguns exemplos aleatórios e fomos conferir lá no meio da floresta. Andamos muito de carro e a pé até chegar no ponto exato de onde teria sido tirada, e bateu certinho. Além disso, tiramos amostras para comparação no teste do DNA. Há gente séria fazendo o trabalho direito. Não é correto demonizar todo o setor madeireiro. É preciso identificar os criminosos e puni-los duramente, mas sem generalizar”, defendeu Salles em suas redes sociais.

“Ação do Governo” – Na semana seguinte, em 07 de abril, Ricardo Salles retornou ao Pará e se encontrou pela quarta vez com os madeireiros investigados, em um hotel em Santarém (PA), para que eles apresentassem os documentos exigidos pela PF. “Essa não é uma ação do ministro Ricardo Salles, essa é uma ação do governo que foi acionado pelo Legislativo para que respondesse finalmente”, discursou o ministro durante o encontro.

Nesta viagem, ele foi acompanhado pela presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a deputada federal Carla Zambelli (PSL/SP), e pelo senador Zequinha Marinho.

Conforme informações da Polícia Federal, de 52 processos solicitados, apenas 11 pastas foram entregues durante a reunião em Santarém. “Em todos os processos examinados foram constatadas diversas fraudes, o que demonstra que os processos de licenciamento analisados foram produzidos e aprovados sem consistência técnica, apenas como meio de “legalizar” a madeira a ser extraída”, destacou o delegado Alexandre Saraiva em sua participação na audiência pública na Câmara dos Deputados, na segunda-feira (26/04).

Ainda na visita ao Pará no dia 07 de abril, Ricardo Salles gravou um vídeo no pátio da Fazenda Francine II – que está registrada em nome da irmã do vereador Rafael Dacroce – defendendo a legalidade da extração e da ação dos madeireiros. Na cena, divulgada nas redes sociais da deputada federal Carla Zambelli, o ministro aparece à frente da placa da fazenda, advogando a favor dos empresários.

A imagem foi usada para embasar a notícia-crime da PF do Amazonas. “A título ilustrativo, pode-se mencionar que o Plano de Manejo Florestal da Fazenda Francine II, titular de um dos pátios de madeira visitado pelo Ministro, apresenta diversas falhas que comprometem todo o Plano de Manejo Florestal, como a omissão e exploração em Áreas de Preservação Permanente – APP”, denunciou Alexandre Saraiva.

No texto da notícia-crime, o delegado destacou que “a

documentação entregue na reunião convocada pelo Ministro de Estado Ricardo Salles e pelo Senador Telmário, descortinou uma fraude na titulação de terras em nome de terceiros com a utilização de títulos de região que dista do local mais de 500 quilômetros”.

Durante audiência pública na Câmara dos deputados, ele reforçou essa denúncia ressaltando que de todas as fraudes detectadas, “a grilagem de terra em larga escala”, foi a mais grave. Segundo o delegado, os processos que autorizaram a exploração da madeira apreendida, “possuem um vício de origem insanável”. “Foi retirada de uma terra que não pertence àquelas pessoas, apesar de ter um documento que comprova a propriedade daquela terra”, justificou.

família Dacroce e as terras no Pará – Em 1986, o governo do Pará realizou uma licitação para distribuir terras em um assentamento que foi denominado Trairão. Esse assentamento estava em área da União e, por isso, apesar de ter sido feito todo o procedimento licitatório, por uma ação do Incra e da Funai, o procedimento não foi concluído. “Ou seja, as pessoas que adquiriram a terra não tomaram posse da área”, explicou o delegado Saraiva em audiência pública na Câmara dos Deputados.

Passados 32 anos, em 2017, o governo do Pará começou a fazer uma permuta dessas terras. Em nenhum dos 11 casos avaliados pela PF, de acordo com o delegado, “há correspondência entre os antigos licitantes (compradores) e os novos nomes”.

“Antigos compradores teriam transferido a posse para os novos proprietários sem qualquer anuência daqueles, ou seja, os antigos compradores sequer teriam conhecimento dessa permuta”, ressaltou Saraiva. Ele observou ainda que “os documentos fundiários, requisito indispensável para a realização de planos de manejo florestal, são fraudulentos”. “Apesar disso, foram analisados os planos de planejo”, acrescentou.

O pai de Francine e Rafael Dacroce, Leonir Dacroce, presidiu a Associação dos Proprietários do Projeto Integrado Trairão, em 1991, que à época tentou suspender a portaria de número 220/90 da Funai e do Decreto 98.865/90, “relativos à interdição da área destinada à garantir a vida e o bem-estar dos índios da etnia Kayapó, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no Pará”.

Além da Fazenda Francine II, alvo da Operação Handroanthus GLO, a família possui hoje, pelo menos, outras duas áreas no Trairão adquiridas por meio de permuta, de acordo com informações extraídas do Diário Oficial do Pará: a Fazenda

Francine I, em nome de Leonir Dacroce com área de 368,4648 hectares, localizado no Município de Aveiro Estado do Pará e uma área de 1.826,2994 hectares, localizada na Gleba Paru II, Município de Prainha (PA), em nome de Rafael Dacroce. De acordo com o vereador de Palmitos, a titularidade das terras foi feita dentro da lei. <https://apublica.org/2021/04/forne-cedor-de-madeira-investigada-pela-pf-conta-como-se-aproximou-de-salles-para-pedir-ajuda/#>

Em agosto de 2023 o ex-presidente do Ibama Eduardo Bim e outros vinte (20) servidores do instituto também foram denunciados, investigados, indiciados e serão julgados pela Justiça Federal do Pará após denúncia do MPF e aceita pela 4ª Vara Federal Criminal do Pará.

Segundo a denúncia, servidores do Ibama nomeados por Salles emitiram certidões e ofícios em desacordo com as orientações técnicas da instituição para liberar madeira de origem brasileira apreendida nos Estados Unidos.

Salles, de acordo com a denúncia, “proporcionou condições favoráveis para a representação de interesses privados em detrimento do interesse público pela nomeação de servidores, que não possuíam capacidade técnica para ocupar cargos estratégicos do Ibama relacionado à fiscalização”.

O ex-ministro ainda teria se encontrado com representantes de empresas envolvidas no esquema e autoridades do Ibama para uma reunião sobre exportação de madeiras ativas do estado do Pará.

A Justiça do Pará destaca que Salles não deve ter foro privilegiado no caso porque, mesmo que ele hoje seja deputado federal [com prerrogativa de foro], o processo não tem relação com o exercício do mandato. Assim, o processo não seguirá para instância superior da Justiça.

A fonte CNN tentou contato com Salles e Bim, sem retorno à época.

Antes de se tornar a Ação Penal 2705 no Supremo Tribunal Federal, o inquérito 4.871 sofreu várias idas e vindas (intercorrências), inclusive conflito de competência entre Varas Federais do Pará e do Amazonas, considerando que o “suposto” crime ocorreu na divisa entre os dois Estados. Essa Ação Penal (AP) 2705 terá longa tramitação, mas poderá respingar em SC, porém respeitamos o Princípio Constitucional da Presunção de Inocência.

*Luis Fernando F Costa - Analista-Tributário da Receita Federal, que é DO BRASIL, (Aposentado), Advogado42019, Perito7863, Contador8556, ProfessorLP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425DF e Ativista Social.

Outubro Rosa reforça a prevenção do câncer de mama e alerta para a saúde mental das mulheres

O mês de outubro colore Santa Catarina de rosa e traz um lembrete essencial: cuidar do corpo e da mente salva vidas. A campanha Outubro Rosa 2025 reforça a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e destaca a necessidade de atenção à saúde mental das mulheres durante e após o tratamento.

Para reforçar a importância da prevenção e ampliar o debate, a Alesc realizou nesta quarta-feira (15) o seminário Outubro Rosa e Dia da Saúde Mental. O evento foi realizado em parceria com Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal de Justiça.

Conscientização e prevenção

“Estamos aqui para discutir, além do outubro rosa, saúde mental. Precisamos sempre trabalhar a questão da conscientização e da prevenção do câncer de mama, do que se pode fazer, do que os órgãos públicos, os espaços de trabalho podem fazer com seus funcionários no sentido de conscientizar. Precisamos orientar as mulheres a buscar os cuidados, fazer o autoexame, buscar pelo tratamento precoce. E a Alesc, junto com os órgãos parceiros, dá esse passo à frente, no sentido de ter um ambiente mais humanizado, de conversar com seus servidores e ofertar palestras extremamente importantes com profissionais renomados”, comentou a secretária-geral, Marlene Fengler.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), a estimativa para 2025 é de 3.080 novos casos de câncer de mama em Santa Catarina. Nos últimos cinco anos, a média anual de registros no estado se manteve acima de 3 mil diagnósticos, representando cerca de 28% dos casos de câncer entre mulheres catarinenses.

O Painel de Oncologia do Ministério da Saúde aponta que, entre 2020 e 2024, foram mais de 260 mil mamografias realizadas pelo SUS em Santa Catarina, com

aumento de 18% no número de exames entre 2023 e 2024. Apenas em Florianópolis, cerca de 8,5 mil exames foram realizados em 2024, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

Atenção primária e hábitos saudáveis

Para o médico hematologista Victor Paviani, um dos principais fatores para a prevenção do câncer de mama está na atenção primária. “O câncer de mama é o câncer mais prevalente nas mulheres ao redor do mundo, então é um tema muito importante. E hoje, destacamos a prevenção primária que é um tema pouco falado, como chave que pode impactar significativamente na redução do aparecimento deste tumor. Ela é essencial para orientar sobre fatores de risco e proteção, identificar casos de risco e garantir que a mulher seja encaminhada para os exames necessários.”

Ele cita como pilar para os cuidados primários a alimentação saudável. “Reduzindo açúcares, fazer algum tipo de movimento, como uma caminhada por exemplo, ações básicas da nossa rotina diária que podem ser alteradas como o fato da utilização do anticoncepcional, que é um fator de risco para o câncer. São ações que podem ser utilizadas para a prevenção da doença”, enfatiza.

De acordo com o sistema Sivep-SUS, o diagnóstico em estágios iniciais do câncer de mama em Santa Catarina chega a 65% dos casos, índice acima da média nacional (57%), o que aumenta significativamente as chances de cura, que podem ultrapassar 90% quando o tratamento é iniciado precocemente.

Cuidar do corpo e da mente é um ato de amor próprio

A mensagem do Outubro Rosa destaca que a prevenção vai além do exame. É preciso olhar para a mulher de forma integral — corpo, mente e emoções. Além das ações de orientação e prevenção ao

câncer de mama, a Alesc também destacou os cuidados com a saúde mental.

Durante o evento, a pauta também destacou os cuidados com a saúde mental. “Falar sobre câncer de mama é um tema muito difícil. Eu, que já recebi o diagnóstico de câncer de mama, se é uma notícia avassaladora, que dói na vida de qualquer pessoa, e é algo que precisa de atenção”, falou a secretária-geral Marlene Fengler.

Ela lembra a necessidade de quebrar tabus e dar atenção também aos cuidados com a saúde mental. “Precisamos quebrar esse tabu, esse medo, essa ideia de que é uma sentença de morte, e por isso cuidar da saúde mental é extremamente importante. E a Assembleia demonstra esse cuidado, uma atenção relevante com as mulheres para que elas saibam da importância que é prevenir e buscar apoio emocional também.”

Segundo dados do Observatório de Oncologia de Santa Catarina, mulheres que recebem acompanhamento psicológico apresentam 30% mais adesão ao tratamento e 40% menos risco de abandono das terapias. Em 2024, mais de 5.400 catarinenses receberam apoio psicológico vinculado a programas de saúde da mulher.

Uma história que retrata a vida de muitas catarinenses

A servidora da Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, Leidiane Fandres, retrata a realidade de muitas mulheres catarinenses: o primeiro momento sem a atenção necessária e o desespero ao receber a temida notícia. Em 2023 a servidora foi diagnosticada com câncer de mama e conta como a temida notícia mudou a forma de ver e viver a vida.

“Estava com 36 anos, terminando minha faculdade de direito, extremamente focada. De um dia para o outro, iniciou uma secreção na minha mama. Achei



estranho, pois minha filha já tinha quatro anos, mas acabei não dando atenção.

Passaram-se três meses, e aquela secreção incomodava por estar sujando muito meu sutiã, mas segui sem dar muita atenção. Busquei ajuda porque minhas colegas me convenceram dizendo que era um tumor. Aí o desespero bateu. Busquei a ajuda no posto de saúde, mas o primeiro resultado foi 'não diagnosticável'. Mas como o coração já estava angustiado, segui em busca de saber o que estava acontecendo”, contou.

Leidiane lembra que em abril de 2023 foi o momento mais difícil. “O momento de abrir o resultado chegou e foi onde descobri que era um tumor maligno. Nesse momento olhei para a minha vida e pensei: é um sopro. Tudo o que vivi, reclamei, deixei de fazer, e amanhã posso não ter mais nada. Foi uma virada de chave, onde passei a olhar para os meus filhos de forma diferente, olhar para mim e perceber que eu sou a pessoa mais importante, que por mais que desejo fazer pelos outros, eu estou em primeiro lugar.”

Ela destaca a importância do autocuidado, mas também do cuidado com as pessoas que estão próximas na rede de apoio. “Precisamos conscientizar a família que ela também precisa buscar ajuda psicológica. Cuidar de quem cuida da gente é extremamente importante”.

Ao ser questionada sobre o que faria se alguém a abordasse e dissesse que havia acabado de receber o diagnóstico, a servidora, com os olhos marejados, afirma “eu daria um braço. Nesse momento não queremos uma palavra de consolo, queremos apenas um carinho e um acolhimento, e um abraço diz, com o calor humano, que tudo ficará bem.”

Perguntas Frequentes

Por que o Outubro Rosa é importante?

Porque reforça a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama e amplia o cuidado integral da mulher, incluindo apoio à saúde mental durante e após o tratamento.

Quais números de Santa Catarina reforçam a urgência da prevenção?

O Inca estima 3.080 novos casos em 2025; a média anual segue acima de 3 mil diagnósticos (≈28% dos cânceres em mulheres catarinenses). No SUS, foram mais de 260 mil mamografias entre 2020 e 2024 (alta de 18% entre 2023 e 2024); em Florianópolis, cerca de 8,5 mil exames em 2024. Em SC, 65% dos casos são diagnosticados em estágio inicial, elevando a chance de cura para acima de 90% quando o tratamento começa cedo.

Como a saúde mental entra na campanha deste ano?

O seminário “Outubro Rosa e Dia da Saúde Mental” destacou acolhimento, acompanhamento psicológico e ambientes de trabalho humanizados. Dados do Observatório de Oncologia de SC indicam 30% mais adesão e 40% menos abandono do tratamento entre mulheres acompanhadas psicologicamente.

O que posso fazer agora para me cuidar?

Manter consultas e exames em dia, conhecer suas mamas e procurar a unidade de saúde diante de alterações; adotar hábitos protetores (atividade física regular, alimentação equilibrada, redução de álcool e tabaco) e buscar apoio emocional para você e sua rede de apoio.

Por Simone Sartori - Agência AL



Na Portalmed oferecemos serviços integrados, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PMCSO).

Também realizamos exames ocupacionais e treinamentos específicos para atender às necessidades das empresas.

Entre em contato pelo WhatsApp
(49) 3521-2799 e invista na segurança e
saúde do seu time com a Portalmed SST!

Somos a
parceria
segura que
**orienta e
transforma!**



ARBITRAGEM: CATARINENSES MAL NA FITA

46,2% dos brasileiros estão muito insatisfeitos com arbitragem nacional, diz pesquisa

Levantamento da AtlasInter/GE.Globo aponta ainda que Ramon Abatti Abel é o árbitro com a imagem mais negativa do país, com 38% dos votos; Palmeiras é o clube mais favorecido para 72%

Um levantamento realizado pelo AtlasIntel, expõe um cenário de profunda insatisfação e desconfiança dos torcedores brasileiros com a arbitragem no futebol nacional. A pesquisa, feita entre os dias 6 e 10 de outubro de 2025, ouviu 1.618 torcedores de todas as regiões do país e possui margem de erro de dois pontos percentuais. Os resultados indicam que a percepção de falta de critério e de um suposto favorecimento a clubes específicos são os principais problemas para o público.

- Insatisfação generalizada: Mais de 72% dos torcedores se declaram insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o nível da arbitragem no Brasil.

- Principais queixas: A falta de critérios uniformes (50,9%) e o possível favorecimento a determinados clubes (50,3%) são os maiores problemas apontados.

- Clubes favorecidos: Palmeiras (72%), Flamengo (70%) e Corinthians (60%) são os times que a maioria dos entrevistados acredita serem beneficiados pela arbitragem.

- Caminhos para a melhora: A profissionalização total dos árbitros (58,1%) e a criação de um órgão independente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) (71%) são as soluções mais defendidas pelos torcedores.

Percepção negativa da arbitragem

A percepção negativa sobre a arbitragem brasileira é massiva. De acordo com o levantamento, 46,2% dos torcedores se dizem “muito insatisfeitos”, enquanto 25,9% se declaram “insatisfeitos”. Apenas 7,6% se mostraram “satisfeitos” e 1,7% “muito satisfeitos”. O sentimento é de piora: 52,8% dos entrevistados acreditam que a qualidade da arbitragem está decaindo em comparação com o ano anterior.

Os motivos para tal descrédito são claros para o torcedor. No topo da lista de problemas estão a “falta de critérios iguais”, com decisões diferentes em lances parecidos, mencionada por 50,9% dos participantes, e o

“possível favorecimento a alguns clubes”, apontado por 50,3%. A falta de preparo técnico dos árbitros também é uma queixa relevante, citada por 34,1% do público. Essa percepção de favorecimento se concentra em três dos clubes de maior torcida do país. A pesquisa mostra que 72% dos torcedores acreditam que o Palmeiras é favorecido pela arbitragem. O Flamengo aparece logo em seguida, com 70% de menções, e o Corinthians é visto como beneficiado por 60% dos entrevistados.

46,2% dos brasileiros estão muito insatisfeitos com arbitragem nacional, diz pesquisa

A avaliação sobre a confiabilidade dos árbitros brasileiros atingiu um saldo negativo de 62 pontos percentuais, com 50% dos torcedores afirmando não confiar “nada” nos juízes e 22% confiando “pouco”. A introdução do árbitro de vídeo, o VAR, não foi suficiente para restaurar a confiança. No início a maioria (50,7%) considerava que a ferramenta “melhorou um pouco” a qualidade das decisões, mas atualmente conseguem burlar inclusive as imagens, mostram só o que interessa e a linhas traçadas depende das pessoas e nota-se que intencionalmente há favorecimentos, principalmente contra times fora do eixo Rio e São Paulo. Existem clubes que apitam mais que o próprio árbitro e o VAR junto, apoiados pela Rede Globo.

Diante do cenário negativo, os torcedores apontam caminhos para uma reestruturação. A principal medida defendida é a profissionalização total dos árbitros, com dedicação exclusiva à função, apoiada por 58,1% dos entrevistados. Outras soluções incluem a divulgação na íntegra das conversas do VAR (39,1%) e punições mais rigorosas para erros graves (37,6%).

A proposta de maior impacto, no entanto, é a mudança na gestão. Uma ampla maioria de 71% dos torcedores é a favor da criação de um órgão



Ramon Abatti Abel, de FIFA à denunciado no STJD por duas vezes só em 2025 por decisões suspeitas ou no mínimo duvidosas - Foto: Cesar Greco/Palmeiras)

independente da CBF para cuidar da arbitragem, em um modelo semelhante ao que existe na Inglaterra com a Premier League. Para os que apoiam a ideia, os principais benefícios seriam o aumento da transparência nas decisões (65,3%) e a redução da influência política da confederação (60,3%). A pesquisa demonstra, portanto,

um clamor do público por mudanças estruturais que devolvam a credibilidade à arbitragem do futebol brasileiro.

A CBF e as arbitragens não deveriam ser do mesmo órgão e a justiça deveria ser totalmente independente.

O Time mais favorecido: Palmeiras 72% (seguido por Flamengo 70% e Corinthians

60%)

O Time mais prejudicado: Grêmio;

O Jogador mais perseguido: o Argentino Kanemann;

Árbitro mais tendencioso: O Catarinense Ramon Abatti Abel;

Pior Árbitro de vídeo

apontado: Também Catarinense Bráulio da Silva Machado

A arbitragem catarinense tem sido uma vergonha

A má visão da arbitragem catarinense vem sendo discutida há algumas décadas. Não há decisão de campeonato que Federação e arbitragem se juntam para favorecer algum clube. Neste ano o clube beneficiado foi o Avaí. Pesquisa nesse sentido foi feita por uma Agência do Sul do Estado, para saber somente os torcedores da capital do Estado sobre o polêmico lance do pênalti que o atacante do Avaí entrou de sola e foi beneficiado com a penalidade que decidiu o campeonato.

Na final o árbitro era, Gustavo Ervino Bauermann, um jovem que havia feito um período de avaliação para ser jogador da própria Chapecoense e foi dispensado.

A decisão foi tão esdrúxula que mais de 70% dos ilhéus acharam que o Avaí foi beneficiado. Nas demais regiões a porcentagem chegava próximo a 100%. Na primeira partida, em Xanxerê, a Chapecoense reclamou muito da arbitragem de Ramon Abatti Abel que validou um gol totalmente irregular do empate do Avaí.

Recorrentes

A arbitragem catarinense tem se envolvido em fatos nada abonadores nos últimos anos. O atual e também suspenso árbitro do VAR já havia perdido o escudo FIFA e depois da CBF por favorecer um clube carioca, segundo a própria CBF. Agora está na eminência de perder o principal árbitro.